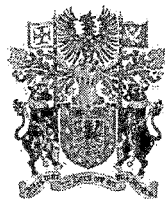


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27/XI
RECOMENDA AO GOVERNO REGIONAL QUE APOIE AS RAÇAS BOVINAS
AUTÓCTONES PORTUGUESAS

PONTA DELGADA
5 DE JULHO DE 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2290 Proc. n.º 109
Data:	07/07/05 N.º 27/XI



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 25 de maio de 2017, na Delegação da Ilha de São Miguel da ALRAA, na cidade de Ponta Delgada, e no dia 27 de junho de 2017, na Delegação da Ilha Terceira da ALRAA, na cidade de Angra do Heroísmo, a fim de analisar e dar parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 27/XI – Recomenda ao Governo Regional que apoie as raças bovinas autóctones portuguesas.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O Projeto de Resolução foi apresentado, pela Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – e nos termos do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.

2.º. CAPÍTULO – APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

A presente iniciativa pretende, em concreto, recomendar “ao Governo Regional que:

Altere o anexo I da Portaria da Região Autónoma dos Açores 120/2015, de 24 de setembro, que estabelece as regras aplicáveis à submedida 10.2 – Apoio à conservação e à utilização e desenvolvimento sustentáveis de recursos genéticos na agricultura, da medida 10 – Agroambiente e clima, do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020, PRORURAL+, incluindo no elenco das raças elegíveis a que se refere o artigo 8.º, todas as raças autóctones portuguesas, elencadas no anexo IV da Portaria 268/2015, de 1 de setembro, alterada pela Declaração de Retificação 42/2015, de 22 de setembro, Portaria 170/2016, de 16 de junho, Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro, Portaria n.º 338-A/2016, de 28 de dezembro, e Portaria 73/2017, de 21 de fevereiro.”



O proponente, a título de fundamentação da recomendação supra transcrita, começa por sustentar que “A manutenção das raças bovinas autóctones é importante não apenas em termos da manutenção da biodiversidade animal e dos recursos genéticos nacionais, mas também em termos da sua capacidade produtiva e da sua adaptação às nossas condições climáticas.”

Salientando-se, por outro lado, que “[...] o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020) estabelece apoios para Programas de Conservação Genética Animal e Programas de Melhoramento Genético Animal nas quais sejam utilizados animais das raças autóctones portuguesas, incluindo a raça “Ramo Grande”, originária da Região Autónoma dos Açores.”

Acontece que, segundo o proponente, “[...] no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores, PRORURAL+, as raças autóctones nacionais não são apoiadas [...]”.

Assim, considera-se que “[...] não é aceitável que seja o próprio Governo Regional a manter uma discriminação negativas dos agricultores açorianos em relação aos do restante território nacional.”

A Comissão Permanente de Economia deliberou proceder às seguintes audições:

- Presidente da Federação Agrícola dos Açores.
- Presidente da Associação de Criadores de Bovinos da Raça Ramo Grande.
- Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

I. A Comissão Permanente de Economia, no dia 25 de maio de 2017, procedeu à audição do Presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel.

O deputado João Paulo Corvelo apresentou o projeto de resolução, mencionando que o problema das raças autóctones é mais evidente nas ilhas mais pequenas, com terrenos com declives mais acentuados e pequenos, devido ao clima. A título de exemplo, na Fajãzinha nas Flores, os currais são muito pequenos e os terrenos são muito inclinados, ficando o terreno muito cavado, devido ao mau tempo. A entrada das raças autóctones portuguesas visa



valorizar a agricultura nas ilhas mais pequenas e em explorações e terrenos de reduzidas dimensões, de forma a valorizar os terrenos e animais com qualidade.

O Presidente da Federação Agrícola dos Açores, Sr. Jorge Rita, indicou que o passar dos anos e a evolução é que tornaram as raças autóctones, em cada região, e que não é contra os apoios, desde que se garanta condições de higiene e sanitárias na importação. Acrescentou que se deve ter em conta os rateios e a limitação dos fundos do Orçamento Regional dos Açores, mas desconhece que existam apoios nacionais para as raças autóctones. De qualquer forma, se o apoio for nacional então deve ser salvaguardado que há fundos disponíveis. Defendeu que é contra a importação de animais em grandes quantidades, devido às doenças, mas se forem acauteladas as condições sanitárias e se as importações das raças forem apoiadas pelo orçamento regional e da república, nada tem a opor. Entende que o que interessa é em termos de envelope financeiro, pois estamos “estrangulados” com o POSEI e o atual nível de ajudas não dá para tudo, podendo implicar mais rateios.

A deputada Catarina Cabeceiras referiu que a proteção das raças autóctones beneficia de apoios do PRORURAL + (raça Ramo Grande tem forte impacto em São Jorge) e que existe uma portaria referente aos apoios à aquisição de animais reprodutores. Embora sejam apoios diferentes, com finalidades distintas, é importante definir o caminho a seguir. Perguntou qual a perspetiva de ajuda do PRORURAL+ se é para apoiar as nossas raças (Ramo Grande) ou se deve ser alargado a outras raças autóctones portuguesas, bem como se devemos alargar este apoio a outras raças.

O Sr. Jorge Rita disse que sempre defendeu apoios diretos aos animais de Ramo Grande, pois são um bom exemplo na região, ao nível de tradições religiosas e culturais, e que este apoio a esta raça deve ser superior ao de outras raças. Acrescentou que o apoio a outras raças autóctones (expeto Ramo Grande) só poderá advir pela área da cultura (pelo exemplo da tauromaquia), com fundos da secretaria regional da cultura, em detrimento da agricultura.

A deputada Mónica Rocha realçou que só existem apoios para a raça Ramo Grande e que os apoios financeiros são limitados, tendo perguntado sobre a evolução da raça Ramo Grande nos Açores.

O Presidente da Federação referiu que a nível cultural a raça Ramo Grande tem um impacto cada vez maior, pelo que é importante que seja a cultura a financiar esta raça, libertando fundos para outras necessidades do setor agrícola. Entende ainda que a raça Ramo Grande



pode ter um melhor acabamento e maior promoção, marketing e valor de mercado, como um nicho de mercado.

O deputado João Paulo Corvelo entende que os carros de bois e algumas raças devem ser apoiadas ao nível cultural, que no que diz respeito à raça Ramo Grande esta tem uma grande importância nas ilhas mais pequenas, ainda que seja mais difícil e caro fazer o acabamento. Perguntou como é que se pode ser produtor de raças autóctones nas outras ilhas, quando apenas beneficiam de apoios a raça Ramo Grande.

O Sr. Jorge Rita disse que sabia que nas ilhas mais pequenas é mais difícil e caro a produção, por isso é que defende a discriminação positiva nos apoios, o que já acontece. Perguntou ao deputado João Corvelo qual o tipo de raça que defende para a ilha das Flores e se é apenas pelo apoio financeiro, ou tem algum valor acrescentado.

O deputado João Corvelo disse estar de acordo em muitos assuntos e considera que o valor acrescentado poderá advir por duas vertentes: pela vantagem de ter na ilha do Corvo uma raça local, autóctone portuguesa, da nossa região e para consumo local; pelas marcas de cada ilha e não apenas pela “Marca Açores”. Considera ainda que devemos ter em conta a vantagem genética da raça nos Açores, motivo pelo qual é importante existir apoios financeiros para as raças autóctones.

O deputado António Almeida é da opinião de que o PCP pretendia com este projeto incorporar nos apoios, as raças autóctones portuguesas, para além das raças regionais e produtos “Marca Açores”. Entende que a raça Ramo Grande está muito ligada aos Açores, mas que já temos uma grande preocupação pela rentabilização da carne. Acresce que já temos a IGP (processo de certificação da raça pelo método de produção), com um valor comercial mais elevado e relacionado com a marca Açores, pelo que devemos ter cuidado com a importação de outras raças, além do que o nível de apoios teria de ser reduzido noutras produções para alocar fundos a estas raças autóctones. Perguntou qual a vantagem comercial de termos produção e venda de raças de outras regiões nos Açores e se algum associado manifestou interesse no apoio à produção de raças autóctones portuguesas.

O Sr. Jorge Rita indicou que não recebeu qualquer interesse ou manifestação para apoios às raças autóctones portuguesas. Acha que não se deve apoiar raças autóctones portuguesas, porque fomenta importações e não exportações, que é a nossa estratégia, pelo que devemos acautelar a produção das raças regionais.



O deputado João Corvelo perguntou se os produtores de “mertolengas” viveriam melhor com apoios, qual o valor acrescentado da carne IGP para as ilhas pequenas e se a Federação tem conhecimento de outras raças autóctones nas outras ilhas dos Açores.

A deputada Mónica Rocha perguntou se houve algum interesse e manifestação neste tipo de apoios; qual a importância cultural e turística das nossas raças regionais como a Ramo Grande e se devemos fomentar exportações ou importações.

O Presidente da Federação Agrícola dos Açores indicou que qualquer apoio financeiro aumento o rendimento e satisfação dos produtores, que a carne IGP deve afirmar-se pela qualidade e não pelos apoios financeiros, que o sucesso da carne IGP varia de ilha para ilha, sendo um sucesso na Terceira, e que devemos apostar nas exportações e não nas importações. Não tem conhecimento de outras raças autóctones nos Açores.

II. A Comissão Permanente de Economia, no dia 25 de maio de 2017, procedeu à audição do Presidente da Associação de Criadores de Bovinos da Raça Ramo Grande, João Sequeira, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel.

O Presidente da Associação referiu que não tem nada contra as outras raças autóctones, mas que a raça Ramo Grande é exclusiva dos Açores e deve ser protegida. Entende que devem ser alocados mais apoios à raça Ramo Grande nos Açores, pois os incentivos atuais não são suficientes, dado que esta raça tem uma rentabilidade menor do que as outras.

A deputada Catarina Cabeceiras perguntou qual a visão do Presidente para a raça Ramo Grande, se faz sentido apoiar outras raças e quais as consequências que tal poderá ter para a raça Ramo Grande.

O Presidente da Associação afirmou que defende mais apoios para a raça Ramo Grande e não para outras raças. Considera que a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas está a fazer um serviço muito bom no acompanhamento, levantamento e apoio da raça Ramo Grande, que já conta com cerca de 1.278 vacas reprodutoras e um total de 2.152 animais de raça Ramo Grande nos Açores. Indicou ainda que o prémio por vaca, no valor de 190 euros, é pouco para o trabalho e respetivos encargos, sendo da opinião que não se deve aumentar muito mais o número de animais, sob pena de ser necessário efetuar rateios para os apoios existentes.



A deputada Mónica Rocha questionou se a raça Ramo Grande tem potencial ao nível cultural e turístico, bem como se os produtores estão dispostos a aperfeiçoar o acabamento e o valor acrescentado do produto final e qual o motivo de apoiar a raça Ramo Grande e outras raças.

O Presidente da Associação respondeu que a raça Ramo Grande tem um elevado valor e importância cultural (como se comprova nas festas do Espírito Santo), e que é preciso trabalhar o valor acrescentado e o produto final para o consumidor. Afirmou ainda que a introdução de outras raças resulta da necessidade de garantir maior rentabilidade e que a produção da raça Ramo Grande deve ser exclusiva e não ser combinada com outras raças.

O deputado João Corvelo perguntou se os animais são grandes e corpulentos; qual o preço pago em quilo de carcaça; quantas explorações existem da raça Ramo Grande, além de São Jorge e Terceira e quantas vacas usufruem do prémio de 190 euros.

O Presidente da Associação confirmou que os animais são muito grandes e respondeu que o preço é o mínimo, sendo inferior a 3 euros o quilo; que não sabe o número exato de animais que existem por ilha; e que cerca de 1.278 vacas beneficiaram do apoio à raça Ramo Grande.

O deputado António Almeida perguntou se existem produtores que vivam em exclusivo da raça Ramo Grande; se devemos usar os fundos públicos, regionais ou comunitários, para apoiar e produzir outras raças autóctones, de outras regiões; e qual a mais valia dessas outras raças serem produzidas nos Açores.

O Presidente da Associação disse que era contra o apoio de outras raças que não o Ramo Grande, pois esta raça não permite ter rentabilidade suficiente para que um produtor viva em exclusivo da sua produção. Considera que não faz sentido produzir outras raças nos Açores e defende o reforço do apoio para 300 euros, por vaca, em vez dos atuais 190 euros.

O deputado João Corvelo questionou se os criadores da raça Ramo Grande nos Açores são contra a produção da raça no Continente.

A deputada Mónica Rocha perguntou se algum produtor/criador demonstrou interesse em trazer outras raças para os Açores.

A terminar, o Presidente da Associação de Criadores de Bovinos da Raça Ramo Grande referiu que não teve conhecimento de qualquer manifestação de interesse em trazer outras raças de fora, para aos Açores e que é contra a produção da raça Ramo Grande fora da Região Autónoma dos Açores.



III. A Comissão Permanente de Economia, no dia 27 de junho de 2017, procedeu à audição do Secretário Regional da Agricultura e Florestas, João Ponte, na Delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, Terceira.

O deputado voltou a apresentar a iniciativa, referindo que esta proposta visa apoiar, com fundos públicos, a produção das raças autóctones portuguesas, nos Açores, nos mesmos moldes em que são apoiadas no Continente, devido às condições físicas e genéticas das raças e dos terrenos e clima de algumas ilhas dos Açores.

O deputado António Toste Parreira afirmou que nos Açores existem três raças transversais, entre outras com menor expressão e já adaptadas à Região (Charolesa; Limousine e Angus), conformação e rentabilidade de carcaça, qualidade da carne e rentabilidade para o produtor. Introduzir novas raças nos Açores implicará maior investimento, mais apoios e um maior esforço financeiro da Região. Atendendo a que vamos, sensivelmente, a meio do Quadro Comunitário de Apoio (2014/2020), perguntou se existe disponibilidade financeira no PRORURAL+ para apoiar novas raças nos Açores e qual o ponto de situação sobre o trabalho desenvolvido sobre a raça Ramo Grande.

O Secretário Regional referiu que, no âmbito das negociações para o POSEI e PRORURAL+ com as associações parceiras do setor, nunca houve qualquer intenção de introduzir outras raças bovinas autóctones na Região com apoios específicos, como acontece com o 'Ramo Grande' e o Governo Regional assumiu compromissos e tem feito um esforço para continuar a apoiar o setor. A proposta apresentada implicaria apoiar novas raças, o que traria mais dificuldades para o setor, quer pela limitação dos recursos financeiros e pelos compromissos já assumidos no PRORURAL+. Indicou ainda que o Governo Regional tem preservado e apoiado a raça Ramo Grande, dando como exemplo a aprovação recente de uma candidatura ao PRORURAL+ para melhoria genética da raça, pelo que não vê vantagens em apoiar novas raças nos Açores, ainda que os produtores sejam livres de produzir outras raças, mas sem apoios.

O deputado João Corvelo indicou que já foram introduzidas raças exóticas na Região (Charolesa; Limousine e Angus) e perguntou se existe algum estudo nos Açores sobre a produção e levantamento destas raças; bem como se o maior problema resulta da divisão do “envelope” financeiro por mais uma raça.

O Secretário disse que a Região não está a realizar nenhum estudo, mas não se opõe a que os agricultores introduzam novas raças. O Governo Regional não considera prioritário apoiar



novas raças, visto que já foram assumidos compromissos e as verbas estão comprometidas no PRORURAL+.

A Comissão de Economia solicitou a emissão de pareceres por escrito às seguintes entidades:

- Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos
- Herdade da Abóbada
- Associação de Criadores de Bovinos da Raça Alentejana

3.º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O **Grupo Parlamentar do PS** emite parecer **desfavorável** ao Projeto de Resolução em análise.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite parecer **desfavorável** ao Projeto de Resolução em análise.

O **Grupo Parlamentar do CDS/PP** emite parecer de **abstenção**, com reserva de posição para plenário, ao Projeto de Resolução em análise.

O **Grupo Parlamentar do BE** emite parecer de **abstenção**, com reserva de posição para plenário, ao Projeto de Resolução em análise.



4º. CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e PSD e abstenção do CDS/PP e BE, dar **parecer desfavorável** ao Projeto de Resolução em análise.

Ponta Delgada, 5 de julho de 2017.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Não responderam aos pareceres solicitados por escrito.

O Presidente

Miguel Costa